

-----ATA N.º 1/2012-----

-----Aos 26 dias do mês de janeiro de 2012, pelas 20:30h, no Centro Cultural de Celorico da Beira, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Ana Isabel Lucas Cabral Janelas.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** começou por dar conhecimento do pedido de renúncia ao mandato da Senhora Deputada Patrícia Cristina Figueiredo Parente, através de carta endereçada pela mesma a este órgão, datada de 28/12/2012. Deu também conhecimento de que nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista, Senhor Ricardo Jorge Patrício Martins.-----

-----Compareceram a esta reunião os seguintes membros:-----

-----José Albano Pereira Marques;-----

-----Armando Jorge Gonçalves Almeida Neves;-----

-----Carla Manuela Rodrigues Duarte Cruz;-----

-----Albino Freire Bárbara;-----

-----Luís Carlos Fernandes Santos;-----

-----António Júlio da Silva Veiga Simão;-----

-----Henrique Gonçalves de Albuquerque Alves;-----

-----António Rego Rodrigues Veloso;-----

-----Isabel Cristina Lopes de Andrade;-----

-----Frederico Manuel Martins Sena;-----

-----António José Achando da Fonseca;-----

-----Ana Isabel Lopes Correia;-----

-----Júlio dos Santos Ambrósio;-----

-----Ricardo Jorge Patrício Martins;-----

-----Nuno Miguel Rodrigues Nascimento;-----

-----Carlos Abel Gonçalves da Silva Patrocínio, Presidente da Junta de Freguesia de Açores;-----

-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal;-----

-----Joaquim Pires Diogo, Presidente da Junta de Freguesia de Cadafaz;-----

-----Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Carrapichana;-----  
-----Júlio Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas de Soeiro; ----  
-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Cortiço da Serra;-----  
-----José Jorge da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Fornotelheiro;-----  
-----Joaquim Fernando Costa Monteiro, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----  
-----Paulo Sérgio da Silva Mimoso, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira;-----  
-----Daniel Cadete Antunes, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----  
-----João da Silva Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Mesquitela;-----  
-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----  
-----Porfírio Miguel da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados;-----  
-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Rapa;-----  
-----Natália Batista Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Ratoeira;-----  
-----Luís Filipe da Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de Salgueirais;-----  
-----Nuno Alexandre Duarte Seco, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Santa Maria, em substituição da Senhora Sandra Cristina Correia Venâncio de Abreu;-----  
-----José Rocha Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro;-----  
-----Alexandrino Manuel Pereira Ferreira da Silva e Faria, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares;-----

-----Carlos José Osório Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Velosa;-----

-----António José Gonçalves Martins, Secretário da Junta de Freguesia de Vide-Entre-Vinhas, em substituição do Senhor António Manuel Morgado Rodrigues; -----

-----César Ferrinho de Olival, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Mondego. -----

-----Faltaram a esta sessão os seguintes membros: -----

-----António Agostinho Lucas da Silva;-----

-----António Manuel dos Reis Álvaro;-----

-----Diana Patrícia Duarte Seco; -----

-----Vera Lúcia Proença Henriques;-----

-----Luís Manuel do Nascimento Saraiva; -----

-----Diogo Afonso de Belfort Cerqueira Pereira Henriques;-----

-----Horácio Monteiro Antunes. -----

-----Em virtude do primeiro e segundo Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Deputados António Manuel dos Reis Álvaro e Horácio Monteiro Antunes, terem faltado a esta Sessão, foram convidados para desempenhar essas funções os Senhores Deputados José Albano Pereira Marques e Armando Jorge Gonçalves de Almeida Neves. ---

-----A Senhora Presidente da Assembleia, secretariada pelos Senhores Deputados, José Albano Pereira Marques e Armando Jorge Gonçalves de Almeida Neves, na qualidade de primeiro e segundo secretários respectivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----1. **ANÁLISE E DISCUSSÃO DO DOCUMENTO VERDE DA REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL – ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO** -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** começou por dizer que estava aberta a discussão relativamente a este ponto. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira** apresentou uma certidão da ata de Assembleia de Freguesia que se anexa, relativa à manutenção da Junta de Freguesia de Linhares da Beira. -----

-----De seguida, manifestou o seu desagrado pela forma como foi constituído o grupo de trabalho, para análise do Documento Verde da Reforma da Administração Local, considerando que esta comissão está bastante politizada. Na sua opinião, a política deveria ser colocada de parte e discutirem um documento que fosse uma estratégia conjunta de Presidentes de Junta de Freguesia. -----

-----Disse que a comissão deveria ter feito um trabalho mais próximo dos Presidentes de Junta e deixar que fossem estes, a decidir o que pretendem para as suas freguesias, uma vez que são eles que conhecem a realidade da sua freguesia. Questionou se o executivo tem ou não, uma estratégia. Mesmo que a tenha, sensibilizou para que deixe que sejam os Presidentes de Junta a efetuar esta análise. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu que na Assembleia Municipal de Setembro, havia sido aprovada uma proposta, no sentido de que cada bancada indicasse três elementos, para integrarem o grupo de trabalho, para análise do Documento Verde da Reforma da Administração Local. Deu ainda conhecimento dos elementos que haviam sido indicados, ou seja, a bancada de coligação CDS/PP – PPD/PSD indicou o Senhor Deputado António Veiga Simão, a Senhora Presidente de Junta de Santa Maria e o Senhor Presidente de Junta do Maçal do Chão; a

bancada do Majusp indicou os Senhores Deputados Armando Neves, António Fonseca e Henrique Alves e a bancada do PS indicou os Senhores Deputados Albino Bárbara, Luís Carlos e Frederico Sena.-----

-----De seguida agradeceu aos Senhores Deputados que fizeram parte da referida Comissão, pelo trabalho desenvolvido e que irá ser apresentado nesta Assembleia Municipal.-----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego** mostrou desagrado enquanto cidadão e Presidente de Junta, relativamente aos critérios que constam do Documento Verde para a extinção de Freguesias, uma vez que não correspondem à realidade de cada freguesia. Considera que esta extinção irá promover desavenças entre as populações.-----

-----De seguida, apresentou uma Moção que leu e que se anexa a esta ata.-----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares** apresentou um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Artur Santos, ex-presidente da Junta de Freguesia da Rapa.-----

-----De seguida, apresentou uma certidão relativa à extinção de Freguesias a qual passou a ler e que se anexa.-----

-----O Senhor **Tesoureiro da Junta de Freguesia de Santa Maria** apresentou uma exposição que passou a ler e que se anexa a esta ata.-----

-----De seguida, o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão** cumprimentou todos os presentes e apresentou uma Moção que passou a ler e que se anexa.-----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal** disse ter estado atento a todas as Moções apresentadas, considerando que todas

têm o mesmo objetivo. É imperativo que haja uma reestruturação e cada Presidente luta pela sua Junta de Freguesia. -----

-----Disse que se em Celorico da Beira fosse criada só uma Junta de Freguesia, o Município corria o risco de poder ser extinto. Referiu que esta afirmação é polémica, mas que no futuro, o tempo lhe dará razão. Referiu que se a autarquia acolher os serviços das Juntas de Freguesia da Zona Urbana, poderia o Executivo Municipal negociar com o Governo, para que alguns funcionários da Câmara pudessem integrar o quadro dessa nova instituição.-----

-----Referiu que as dificuldades são reais e no caso do Baraçal, se puderem optar, escolheria Celorico da Beira, em detrimento de Açores, porque se um munícipe necessitar de um documento para apresentar em qualquer repartição pública, não necessitaria de se deslocar.-----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Deputado José Albano** começou por dizer que certamente que o Executivo deve ter uma estratégia e que irá apresentá-la a seu tempo, com uma linha de pensamento bem delineada. Disse que têm de fazer política de forma positiva e através da apresentação de moções, de forma a mostrar o desagrado perante tais situações. -----

-----Disse que o papel dos Presidentes de Junta de Freguesia e Deputados Municipais é reivindicar aquilo a que têm direito, de uma forma transparente e lutar pela identidade da sua freguesia. Considera que as Assembleias Municipais abertas à população são importantes, sendo esta, uma forma de dar conhecimento da posição de cada um.-----

-----Referiu que o PS está contra um documento no qual os partidos não foram auscultados, considerando que a população tem todo o direito em se sentir indignada com toda esta situação. Disse que irão fazer todos os possíveis para que haja cedências da parte de quem Governa. Neste momento, o que está em causa é o facto de agregarem ou extinguirem as Juntas de Freguesia, sendo que, na sua opinião, este concelho não tem

capacidade para extinguir Juntas de Freguesia. Enquanto Deputado da Bancada do PS, já manifestou a sua posição, referindo que está em causa uma medida que não foi debatida e da qual ainda não foi estudado o impacto financeiro que a mesma irá ter. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** manifestou-se muito satisfeito com este modelo de reunião e é de opinião que as sessões da Assembleia Municipal deveriam ser realizadas no Centro Cultural, para que toda a população possa participar e dar os seus contributos.-----

-----Relativamente à Reforma da Administração Local, leu um documento no qual manifesta a sua posição relativamente à freguesia da Lageosa. Começou por dizer que encontrando-se a decorrer a reorganização do território, no que diz respeito às Freguesias, foi este Concelho surpreendido com a inserção, na listagem da ANAFRE das freguesias que não reúnem os critérios de Organização Territorial, da Freguesia da Lageosa do Mondego, a 4.ª freguesia com mais população, em números absolutos, do Concelho de Celorico da Beira.-----

-----Disse que o critério aplicado para a classificação das freguesias como urbanas, mistas e rurais é completamente desfasado da realidade territorial. Detetou-se que esta classificação de freguesia, que não cumpre os critérios, se deve à consideração pelo INE, da Freguesia da Lageosa do Mondego, como Área Mediamente Urbana, classificação revista em 2009 pela Secção Permanente de Coordenação Estatística, que contradiz, no caso em apreço, a classificação inicial legislada pelo mesmo, ou seja, INE. -----

-----Devemos assim, contestar e questionar veementemente a classificação como freguesia mista, da Freguesia de Lageosa do Mondego, sendo esta inclusivamente contrariada pelas diretivas europeias, uma vez que, no âmbito do PRODER, considera-se a Lageosa do Mondego, como freguesia rural, classificação corretamente aplicada para uma Freguesia que possui uma densidade populacional de 56 habitantes por Km<sup>2</sup>.-----

-----Considerando os objetivos enumerados no âmbito da organização territorial, dos quais se destacam a consideração pela contiguidade territorial e a elaboração de um novo mapa autárquico, no qual se respeite a identidade das freguesias agregadas, demonstro veementemente perante esta Assembleia Municipal, a necessidade de, respeitando a identidade da população local e os princípios orientadores da Reorganização do Território, se mantenha a Freguesia da Lageosa do Mondego, absorvendo esta, uma das freguesias vizinhas, se necessário sugerindo-se que, na elaboração do Projeto de Lei que vai regulamentar a agregação das Freguesias se considerem como critérios as especificidades de cada território. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que o que está em causa, não é só a agregação de Juntas de Freguesia, mas também, a posição em que os executivos podem ficar. Os executivos não podem ter uma linha de pensamento para o dia de amanhã, mas sim, a médio e longo prazo. Disse que este executivo tem investimentos de alguns milhões de euros, que serão aplicados nas Juntas de Freguesia, no entanto, ao serem agregadas, as candidaturas que já estão aprovadas terão de ser alteradas, e o investimento terá de ser aplicado numa outra freguesia. Na sua opinião, não foram acautelados aspetos relevantes, pelo que, considera estas medidas uma incongruência. Citou a título de exemplo, o caso da freguesia da Velosa, em que no próximo ano não poderá haver qualquer tipo de investimento, uma vez que a mesma é para extinguir, segundo o Documento Verde. -----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** começou por dar as boas vindas ao Senhor Deputado Ricardo Martins. -----

-----De seguida, disse que esta comissão havia sido criada na Assembleia Municipal de Setembro, ficando composta por 3 elementos de cada bancada, tendo como objetivo, analisar o Documento Verde e apresentar uma posição de defesa do Concelho, contra a extinção das

freguesias. Esta comissão não está, nem nunca esteve, mandatada para representar os Senhores Presidentes de Junta ou Deputados Municipais, mas sim, com o propósito de analisar o Documento Verde. Dispuseram-se voluntariamente, sem qualquer tipo de remuneração, para analisar este documento e efetuar uma síntese das moções apresentadas pelas Juntas de Freguesia. -----

-----Agradeceu ao Senhor José Alexandre Nascimento, funcionário da autarquia, que conduziu todo o processo. Agradeceu também ao Senhor Deputado Henrique Alves pela sua colaboração e empenho na elaboração do documento que irá apresentar. Referiu que também o Senhor Vereador José Luís Cabral acompanhou este processo.-----

-----De seguida apresentou documento que se anexa a esta ata (**anexo I**) que de seguida transcreve:-----

-----“Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal,-----

-----Na sequência da apresentação da proposta de reforma para a Administração Local, designada “documento verde”, foi constituída em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, uma comissão composta por três elementos de cada bancada com assento no referido órgão. Esta comissão efetuou diversas reuniões procedendo à análise do documento mencionado, bem como de várias moções e tomadas de posição das Juntas de Freguesia do Concelho de Celorico da Beira.-----

-----Importa desde já referir que a comissão não detém qualquer tipo de poder representativo da Assembleia Municipal limitando-se, com base no voluntarismo dos seus membros, a proceder à análise das propostas constantes no documento elaborado pelo Governo da República e dos argumentos aduzidos pelas Assembleias de Freguesia.-----

-----Parece-nos ser importante referir, desde logo, que a reforma proposta, naquilo que tem a ver com a implícita e eventual redução de despesas públicas imposta pelo Memorando de Entendimento, e que justificaria a urgência percebida ao anúncio governamental, é um nado-quase-morto, isto porque só terá consequências efetivas a partir dos fins de

2013 de acordo com a programação governamental. Isto é, a reforma anunciada, apresentada como urgente e inadiável naquilo que tem a ver com a redução da despesa pública, só terá efeitos quando, de acordo com diversas indicações do próprio governo, já estaremos na fase de recuperação, ou seja, lá para 2014-2015. Isto, claro, sem considerar a quase insignificância orçamental das poucas dezenas de milhões de euros que (talvez) se poupem com as medidas anunciadas.-----

-----Consideramos fundamental efetuar uma reflexão cuidadosa desta proposta de reforma, quanto aos seus méritos eventuais, quanto às suas possíveis debilidades e incoerências, quanto à sua oportunidade e temporização, quanto aos desacordos políticos e ideológicos que suscite, e, obviamente, quanto à legitimidade e constitucionalidade política e legislativa que comporta.-----

-----Há ainda que evidenciar que a reforma que venha a conseguir-se realizar, não terá, qualquer efeito de ataque no período mais crítico da crise financeira e orçamental, como já foi referido, indo na prática incidir quase exclusivamente sobre as Freguesias, porque as fusões municipais facultativas que venham a acontecer serão residuais, mesmo que os “incentivos” sejam extraordinários.-----

-----Enfim, descontadas as diversas referências aos “estudos” e “debates” que se propõe existirem, poderá reafirmar-se que esta proposta “política” está muito longe de ter a densidade que se imporia numa reforma tão profunda e delicada como deveria ser, se feita de forma articulada no conjunto da Administração Pública, e independentemente do seu conteúdo.

-----Celorico da Beira é um Concelho predominantemente rural com uma população envelhecida de poucos recursos e baixos níveis de literacia, onde uma grande percentagem de idosos vive isolada com manifestas dificuldades de mobilidade necessitando de cuidados permanentes. As medidas anunciadas a serem aplicadas contribuiriam para a aceleração da desertificação do interior e agravamento do nível de vida, onde assumem particular importância, o aumento de impostos diretos e indiretos, a

introdução de portagens e o encerramento parcial do Serviço de Atendimento Permanente (SAPs). -----

-----A aniquilação da identidade territorial, patrimonial, cultural e social das Freguesias, o abandono e degradação das infraestruturas públicas e edificadas – muitas delas com comparticipação de fundos comunitários – a falta de uma rede, quer pública, quer privada de transportes, acentuaria o isolamento e a insegurança principalmente nas faixas etárias mais elevadas. As assimetrias a que o País está já sujeito, agravar-se-iam não apenas entre o interior e o litoral, mas também na Beira Interior e no próprio Concelho. -----

-----A deterioração do meio rural aceleraria o abandono definitivo da agricultura, pecuária, silvicultura e ovinicultura, promovendo o enfraquecimento do já débil sector primário de produção colocando em risco produtos endógenos da nossa zona, como o Queijo Serra da Estrela, agravando o risco de erosão dos solos, e a possibilidade de ocorrência de acidentes naturais, como incêndios e inundações. -----

-----Face a tudo o exposto a Comissão propõe que a Assembleia Municipal de Celorico da Beira, reunida a 26 de Janeiro de 2012 em sessão extraordinária no Centro Cultural corrobore o teor deste documento e delibere no sentido de: -----

-----1 – Rejeitar o chamado «Livro Verde» para a reforma da administração local, por este se constituir como um instrumento orientado para a liquidação do poder local democrático e das suas características, não preconizando um modelo adequado à realidade social do País e do Concelho de Celorico da Beira e não traduzindo ganhos de eficácia e eficiência para o Poder Local; -----

-----2 – Sublinhar, que este é um ataque ao poder local e às populações, aos seus direitos e legítimas aspirações a uma vida digna, conjugado com a inseparável ofensiva que ao mesmo tempo extingue serviços públicos, nega o direito à saúde, reduz o direito à mobilidade, tudo num processo de desertificação e abandono que a liquidação das freguesias só acentuará; ---

-----3 – Manifestar a inteira solidariedade aos trabalhadores das autarquias atingidos nos seus rendimentos, direitos e estabilidade de emprego, quer pelas disposições do Orçamento de Estado relativas a matéria salarial ou de carreira, quer pela ameaça decorrente da extinção de Freguesias e apelar à mobilização, ao protesto e à manifestação dos legítimos sentimentos de indignação por parte da população e dos trabalhadores contra estas medidas e objetivos;-----

-----4 – Destacar que, qualquer Reforma do Poder Local deve obedecer ao princípio democrático da consulta popular e auscultar as populações. ----

-----Celorico da Beira, 26 de Janeiro de 2012-----

-----A Comissão.” -----

-----O Senhor **Deputado Veiga Simão** referiu o seguinte: -----

-----“O Grupo Parlamentar do PSD/PP na Assembleia Municipal de Celorico da Beira está de acordo com os anseios e preocupações das freguesias, no que respeita ao Documento Verde da Reforma da Administração Local – Organização do Território em curso, no princípio de coesão social e territorial do Município. Atendendo a que a moção apresentada, só hoje foi rececionada na sua versão final, e não havendo a possibilidade em tempo útil de a reformular nos aspetos pertinentes a este Grupo Parlamentar, iremo-nos ausentar da votação.” -----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** referiu que na última reunião da Comissão, ficaram acordados um conjunto de princípios, que constam do documento apresentado. O documento só foi concluído hoje e enviado para os restantes membros da Comissão, no entanto, pode sempre ser alterado. -----

-----O Senhor **Deputado José Albano** solicitou aos Senhores Deputados e Presidentes de Junta da bancada do PSD, que refletissem uma vez que está em causa os interesses das Juntas de Freguesia e população. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** fez um intervalo de cinco minutos para a bancada do PSD refletir e analisar o documento em discussão.-----

-----Retomados os trabalhos, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia colocou o documento a votação.-----

-----**Posto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor e 1 abstenção, aprovar o documento apresentado.**-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** mostrou o seu desagrado perante a atitude da bancada do PSD, ao ter abandonado a sala durante a votação, de um assunto tão importante, que irá ditar os destinos do Concelho de Celorico da Beira.-----

-----Disse estarem a assistir a um ataque acérrimo às autarquias, não tendo dúvidas de que estão perante uma ditadura, onde não são ouvidas as partes intervenientes. A bancada do PSD, ao não votar este documento, está a colaborar com o cronograma apresentado pelo Governo.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** disse que foi com muita tristeza e alguma frustração que liderou esta Assembleia Municipal, devido à atitude da maioria dos elementos da coligação do PPD/PSD-CDS/PP, não ter sido eticamente correta. Lamenta profundamente o sucessivo e solicita o empenhamento de todos, independentemente do partido que representam, na defesa das causas do concelho, para que futuramente este tipo de situações não se voltem a acontecer.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”, não tendo havido inscrições. -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, às 00:15h, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.-----